

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de maio de 2025 às 07h47
Seleção de Notícias

Diário Indústria & Comércio online | BR-PR

Marco regulatório | INPI

Carne de Onça agora tem Indicação Geográfica de Curitiba	3
----------------------------------------------------------------	---

Jota Info | BR

22 de maio de 2025 | Direitos Autorais

Plataformas digitais, corporações e democracia: por que o direito econômico importa?	5
--------------------------------------------------------------------------------------------	---

BEATRIZ KIRA

Migalhas | BR

Propriedade Industrial

O papel da lei na proteção das cultivares e as mudanças do PL 2.143/25	8
------------------------------------------------------------------------------	---

G1 - Globo | BR

Marco regulatório | INPI

UFCG é a 3ª colocada em registros de patentes de invenção no Brasil em 2024, diz INPI	11
---------------------------------------------------------------------------------------------	----

G1 PB

IstoÉ Online | BR

Patentes

Pfizer perde disputa de patente com sul-coreana SK bioscience sobre vacina pneumocócica	12
-----------------------------------------------------------------------------------------------	----

ÚLTIMAS

Consultor Jurídico | BR

Marco regulatório | INPI

Justiça nega pedido da Citizen e mantém marca brasileira	13
----------------------------------------------------------------	----

Carne de Onça agora tem Indicação Geográfica de Curitiba



A Carne de Onça, prato típico da culinária curitibana, ganhou hoje (20/05) o reconhecimento de **Indicação Geográfica de Curitiba do INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). A resolução foi publicada na Revista da Propriedade Industrial. Segundo Sérgio Medeiros, presidente da Associação dos Amigos da Onça, que entrou com o processo junto ao **INPI** para obtenção da IG, a **Indicação Geográfica** vai além de um selo: é uma ferramenta estratégica que valoriza territórios, fortalece identidades culturais e impulsiona transformações econômicas.

Na avaliação de Sérgio Medeiros, "ninguém cria uma IG. Ela já existe. No caso da carne de onça desde os anos 40. E comemora: "A conquista da IG garante proteção ao esforço coletivo e a nossa cultura, sim a onça é nossa! Viva a onça! Viva Curitiba!".

Conheça a Carne de Onça

Com origens que remontam à década de 1940, a Carne de Onça é uma iguaria símbolo de Curitiba, feita com carne bovina crua sobre broa de centeio, temperada com cebola, cebolinha, azeite, sal e pimenta. Apesar do nome curioso - atribuído ora ao "bafo forte", ora aos hábitos alimentares do felino - o prato não tem relação com a carne do animal.

O nascimento do prato se mistura à história do futebol paranaense, conta Sérgio Medeiros. Segundo ele, na década de quarenta havia em Curitiba um time

de futebol chamado Britânia, cujo diretor era o Cristiano Schmidt. O Schmidt tinha um bar chamado "Toca do Tatu". Quando o Britânia ganhava, ele servida aos jogadores a carne crua sobre fatias de broa, cebola, cebolinha, sal e azeite. Um dia o Duia, goleiro do time, reclamou: "Poxa, Schmidt, você só serve essa carne aí, que nem onça come. E aí surgiu a "carne de onça". Os clientes da Toca do Tatu começaram a pedir o prato e o Schmidt teve que colocar no cardápio. Logo outros bares da cidade começaram também a servir.

Receitas oficiais

Estão previstas, no Caderno de Especificações Técnicas da Indicação de Procedência do **INPI**, apenas três opções de preparo e modo de servir, de acordo com o que foi documentado pela Associação dos Amigos da Onça:

- 1.^a) colocação da carne sobre a fatia de broa coberta com cebola branca e cebolinha verde, regada com azeite e temperada toda a parte superior com sal e pimenta.
- 2.^a) preparação da carne misturada ao azeite, ao sal e à pimenta, apenas no momento de servir sobre a fatia de broa, para não interferir na coloração da carne. Incluída a cobertura com cebola branca e cebolinha verde e regada com azeite.
- 3.^a) preparação da carne misturada ao azeite, ao sal e à pimenta, apenas no momento de servir sobre a fatia de broa, para não interferir na coloração da carne. Os demais ingredientes, cebola branca, cebolinha verde e azeite, são disponibilizados separados para o cliente.

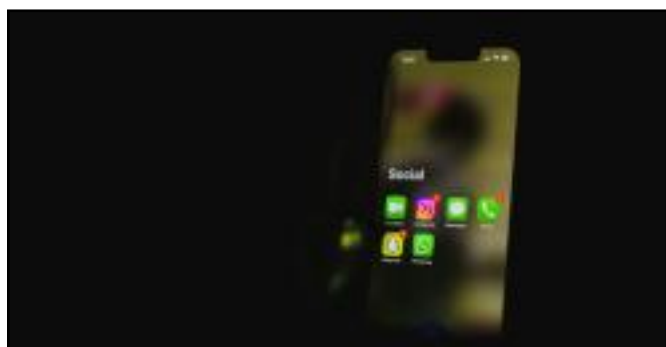
Continuação: Carne de Onça agora tem Indicação Geográfica de Curitiba

te montar a seu gosto.

Desde 2014, o Festival de Carne de Onça, organizado pela Curitiba Honesta, celebra o prato em diversos bares da capital, movimentando o turismo e valorizando a produção local. Em 2016, o prato foi oficialmente declarado Patrimônio Cultural Imaterial de Curitiba, reforçando sua importância na iden-

tidade gastronômica da cidade.

Plataformas digitais, corporações e democracia: por que o direito econômico importa?



Em janeiro de 2025, a Meta anunciou uma série de alterações nas políticas de moderação de conteúdo aplicáveis às plataformas sob seu controle: Facebook, Instagram e Threads. A companhia indicou a eliminação de programas de verificação de fatos e o relaxamento de restrições sobre discursos controversos em temas sensíveis como imigração e questões de gênero.

Tal decisão unilateral exemplifica o imenso poder que poucas empresas privadas exercem sobre o debate público global. A mudança nas políticas, motivada por interesses comerciais - possivelmente incluindo uma tentativa de apaziguar o presidente Donald Trump, conhecido por criticar as práticas da Meta - revela falhas democráticas significativas na governança de plataformas digitais.

Decisões que influenciam o acesso à informação, moldam o debate cívico e afetam a segurança de indivíduos não podem permanecer como prerrogativa exclusiva de corporações globais. A confiança na autorregulação das plataformas, respaldada por arcabouços legais concebidos para uma internet já ultrapassada, deve ceder lugar a modelos robustos de regulação pública.

Paralelamente aos fundamentais regimes regulatórios focados na abertura de mercados e promoção da concorrência (que discutimos em coluna anterior aqui no **JOTA**), o direito econômico assume papel crucial neste cenário.

abpi.empauta.com

Propomos, nesta coluna, que cabe a ele supervisionar tanto o poder econômico dessas plataformas, associado à sua dominância de mercado, quanto estruturar regimes regulatórios para fiscalizar o poder informacional concentrado nessas empresas, especialmente no âmbito das redes sociais.

A evolução da internet e do poder informacional das plataformas

O debate sobre a regulação de plataformas remonta ao surgimento da internet comercial em si, mas ganha novos contornos diante da evolução dessas empresas. O modelo regulatório inicial foi concebido para arbitrar disputas individuais sobre a legalidade de publicações específicas.

No Brasil, o caminho adotado para questões de responsabilidade civil de intermediários por conteúdos de terceiros foi atribuir ao poder judiciário o papel de arbitrar disputas relacionadas a conteúdos na internet.

Esta solução, construída com a participação de diversos setores da sociedade, está cristalizada no artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que estabelece que plataformas só podem ser responsabilizadas civilmente se não removerem conteúdo específico após decisão judicial - com exceções para material íntimo não consensual e conteúdo protegido por direitos autorais.

Outras jurisdições também estabeleceram seus primeiros modelos regulatórios focados em formas de *safe harbours* protegendo as plataformas de responsabilidade, como o artigo 230 do Communications Decency Act (CDA) de 1996 nos EUA e a Diretiva de Comércio Eletrônico na União Europeia de 2000.

Continuação: Plataformas digitais, corporações e democracia: por que o direito econômico importa?

Contudo, este modelo mostra-se insuficiente frente à escala atual e à transformação do papel das plataformas. As grandes empresas tecnológicas não são mais meras hospedeiras, mas curadoras do fluxo informacional. Por meio de sofisticados sistemas de recomendação e amplificação, elas moldam ativamente o que bilhões de usuários veem, consomem e discutem. Esta curadoria confere às plataformas um poder informacional sem precedentes.

As plataformas exercem poder não apenas pela curadoria, mas também pela moderação de conteúdo. Movidas principalmente por interesses comerciais e proteção de marca, as grandes plataformas investiram pesadamente em sistemas que mantêm seus espaços virtuais atraentes para usuários e anunciantes - principal fonte de receita das redes sociais. Esses sistemas filtram tanto conteúdo ilegal quanto material considerado nocivo que não chega a ser ilegal (por exemplo, teorias conspiratórias ou rumores).

Para lidar com o imenso volume de publicações, as empresas combinam moderadores humanos - que aplicam diretrizes detalhadas estabelecidas pelas próprias empresas - com algoritmos cada vez mais essenciais. Criaram, assim, sistemas que se assemelham a arcabouços jurídicos para gestão do que pode ou não circular online.

A diferença crucial é que na moderação de conteúdo, tanto a criação das regras quanto sua aplicação são processos privados, mantendo o poder decisório final nas mãos das plataformas. Embora algumas empresas tenham iniciado esforços para abrir seus sistemas regulatórios à participação de atores da sociedade civil e usuários, a literatura acadêmica questiona a efetividade desses mecanismos, especialmente quando a participação externa é controlada pela própria plataforma.

Quando esses sistemas falham - seja por não detectarem de forma tempestiva conteúdos proibidos ou por censurarem vozes legítimas, muitas vezes afe-

tando de forma desproporcional grupos marginalizados - os arcabouços jurídicos centrados na responsabilidade civil por conteúdos individuais mostram-se inadequados.

Enfrentamos, assim, um descompasso evidente: um imenso poder informacional concentrado, mas limitados mecanismos eficazes de transparência e prestação de contas que foquem nos sistemas de moderação de conteúdo.

O direito econômico e a regulação da moderação de conteúdo

Diante desse cenário, torna-se imperativo repensar a governança das plataformas, passando pela construção de modelos regulatórios que submetam à supervisão pública os sistemas de moderação privado das plataformas. O direito econômico tem um papel importante na estruturação de uma regulação, focada em obrigações administrativas supervisionadas por um órgão regulador independente. Este debate avança nas principais democracias globais, mas no Brasil, apesar de iniciado, encontra-se estagnado no Congresso Nacional há mais de dois anos.

Um conceito-chave adotado no Reino Unido e considerado nos debates brasileiros é o "dever de cuidado" (*duty of care*), que exige das plataformas avaliações transparentes sobre como seus serviços podem disseminar conteúdo nocivo ou ilegal. Com base nessas análises, as empresas devem implementar medidas mitigadoras eficazes.

Isso pode incluir, por exemplo, ajustar sistemas automatizados, criar canais prioritários para denúncias (especialmente para certos crimes) e garantir transparência sobre suas ações. A lei britânica não altera as regras de responsabilidade civil, mas exige uma postura proativa das empresas na identificação e gestão de riscos. O foco transcende a simples remoção de conteúdos específicos, abrangendo a própria arquitetura das plataformas - seus algoritmos, processos de denúncia e políticas de aplicação - em uma

Continuação: Plataformas digitais, corporações e democracia: por que o direito econômico importa?

abordagem verdadeiramente sistêmica.

No Brasil, apesar dos debates em torno do PL 2630/2020, que também fazia referência a um dever de cuidado, carecemos de uma lei abrangente que estabeleça deveres administrativos para plataformas digitais.

O Judiciário tem atuado nessa temática, especialmente no julgamento de dois casos com repercussão geral em análise pelo STF sobre a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da **Internet**, mas não vai - nem deve - suprir essa lacuna, que cabe fundamentalmente ao direito econômico.

Votos já proferidos no âmbito do julgamento indicam o reconhecimento de que o direito brasileiro acomodaria um dever de cuidado para plataformas. Notavelmente, o voto do ministro Barroso indica que plataformas têm um dever de cuidado que se traduz em responsabilidade para agir proativamente na remoção de certos tipos de conteúdos ilegais considerados especialmente graves, incluindo crimes contra crianças e adolescentes, atos de terrorismo, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Qualquer que seja a decisão final desse caso - paralisado desde o fim de 2024 por pedido de vista do ministro André Mendonça - o STF não criará um novo arcabouço jurídico-institucional completo para as plataformas digitais. A elaboração de obrigações regulatórias não deve ocorrer por meio de decisões com repercussão geral, nem cabe à corte definir um órgão regulador. Tanto pelo escopo das demandas judiciais em pauta, como pela natureza do regramento necessário, essa é atribuição do Congresso Nacional.

O futuro da regulação de plataformas no Brasil

Em síntese, as decisões sobre o que pode ser dito, visto e amplificado online são demasiado importantes para serem deixadas ao arbítrio de poucas empresas multinacionais, guiadas por lógicas comerciais. As recentes intenções da Meta apenas reforçam a urgência de o Congresso Nacional preencher essa lacuna. As mudanças anunciadas são um sintoma de um problema maior: a ausência de mecanismos eficazes de supervisão de natureza pública.

É fundamental avançar na construção de um marco regulatório brasileiro que ultrapasse as regras de responsabilidade civil e, a partir do diálogo com o arcabouço normativo existente, estabeleça obrigações claras de avaliação de risco e implementação de medidas mitigadoras, supervisionadas por uma entidade reguladora com capacidade técnica e independência.

O direito econômico, ao estabelecer arcabouços normativos e institucionais sobre o poder econômico de agentes privados, oferece ferramentas conceituais e práticas essenciais para estruturar este novo regime de natureza administrativa.

Não se trata de replicar modelos estrangeiros, mas de aprender com eles e adaptá-los à nossa realidade constitucional e social, garantindo que as plataformas que operam no país o façam de forma alinhada aos direitos fundamentais e aos princípios democráticos.

O papel da lei na proteção das cultivares e as mudanças do PL 2.143/25



Como o Brasil protege novas plantas e o que muda com o PL 2.143/25? Entenda os direitos dos melhoristas e os rumos da inovação no campo.

O papel da lei na proteção das cultivares e as mudanças do PL 2.143/25 Ricardo Antonow da Costa
Como o Brasil protege novas plantas e o que muda com o PL 2.143/25? Entenda os direitos dos melhoristas e os rumos da inovação no campo. quarta-feira, 21 de maio de 2025 Atualizado às 14:43
Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A proteção jurídica de variedades vegetais no Brasil tem raízes que remontam ao século XX, ainda que de forma incipiente. O Código de **Propriedade** Industrial de 1945 já previa a possibilidade de proteção para novas variedades, mas sem regulamentação específica, o que tornava sua aplicação praticamente inviável. Enquanto isso, países europeus avançavam rumo à criação de um sistema jurídico próprio, voltado exclusivamente à proteção de obtentores vegetais. Em 1961, foi criada a UPOV - União Internacional para Proteção de Obtenções Vegetais, que estabeleceu os primeiros parâmetros internacionais sobre o tema.

abpi.empauta.com

O sistema brasileiro de proteção de cultivares foi formalmente instituído apenas em 1997, com a promulgação da lei 9.456, que estabeleceu um regime jurídico próprio para o reconhecimento dos direitos dos obtentores vegetais. Dois anos depois, em 1999, o Brasil aderiu à Convenção da UPOV com base na Ata de 1978, consolidando seu compromisso internacional com a proteção das novas variedades e alinhando-se às exigências do Acordo TRIPS e às práticas do comércio agrícola global.

A lei de cultivares tem como objetivo garantir ao melhorista - aquele que desenvolve uma nova variedade vegetal - o direito exclusivo de reproduzir, comercializar e explorar economicamente essa planta por um período determinado. O direito é reconhecido mediante a concessão de um certificado de proteção, que assegura ao titular uma espécie de monopólio sobre a cultivar por um determinado período de tempo de até 15 anos, e para até 18 anos no caso de videiras, árvores frutíferas, florestais ou ornamentais. Essa proteção é fundamental para justificar o investimento em pesquisa, infraestrutura técnica, recursos financeiros e tempo necessários ao desenvolvimento de uma nova variedade vegetal.

Do ponto de vista legal, cultivar é definida como uma variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal que seja claramente distinguível de outras cultivares conhecidas por um número mínimo de descritores; que possua denominação própria; e que seja homogênea e estável ao longo das gerações. Isso está disposto no art. 3º, IV da lei 9.456 - lei de proteção de cultivares:

Art. 3º Considera-se, para os efeitos desta Lei:

(...)

IV - cultivar: a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal superior que seja claramente distinguível de outras cultivares conhecidas por

Continuação: O papel da lei na proteção das cultivares e as mudanças do PL 2.143/25

margem mínima de descritores, por sua denominação própria, que seja homogênea e estável quanto aos descritores através de gerações sucessivas e seja de espécie passível de uso pelo complexo agroflorestal, descrita em publicação especializada disponível e acessível ao público, bem como a linhagem componente de híbridos;

Trata-se, assim, de um organismo vegetal diferente - o que não significa, necessariamente, que seja melhor - resultante de cruzamentos ou de processos seletivos, naturais ou induzidos, voltados à obtenção de novas características morfológicas, agrônômicas ou genéticas. A lei protege, portanto, a identidade varietal, independentemente de haver ganho técnico mensurável.

Conforme relatado no início do artigo, a proteção das cultivares no Brasil tem respaldo na Convenção da UPOV - União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais, especialmente em sua versão de 1978, à qual o país aderiu formalmente em 1999. Um dos pilares da convenção é a vedação da chamada "dupla proteção", na qual não se pode proteger uma mesma planta, simultaneamente, por patente e por direito de cultivar.

Importante notar, contudo, que essa vedação não impede a proteção complementar de aspectos distintos da mesma inovação. Por exemplo, é possível patentear um gene que confere resistência a uma praga ou a um herbicida, enquanto a planta que contém esse gene pode ser protegida como cultivar. Nesse caso, a patente incide sobre o elemento genético ou o processo biotecnológico (dimensão inventiva humana), enquanto a cultivar protege o organismo vegetal como um todo, em sua expressão fenotípica (dimensão natural). Essa distinção é crucial para garantir segurança jurídica, evitar sobreposição indevida de direitos e, ao mesmo tempo, promover a valorização plena da inovação agrícola.

Outro aspecto de destaque na legislação é o chamado "privilegio do agricultor", que permite ao produtor

rural guardar sementes da própria lavoura para replantio em safras futuras, desde que não haja finalidade comercial, conforme disposto no art. 10 da lei. Essa prerrogativa preserva a autonomia do agricultor - especialmente os pequenos e médios produtores - e dialoga com os princípios da segurança alimentar e da função social da propriedade.

Vale lembrar que a lei de cultivares não exige atividade inventiva nos mesmos moldes da legislação patentária. Enquanto a lei de **propriedade** industrial demanda novidade, aplicação industrial e esforço inventivo, a lei 9.456/97 admite a proteção de variedades obtidas até por seleção natural, desde que atendam aos critérios legais de distinguibilidade, homogeneidade e estabilidade. Esse modelo mais flexível é essencial para adequar o direito à realidade da biotecnologia vegetal, respeitando a natureza dinâmica das plantas e sua interação com o ambiente.

Ao reconhecer juridicamente o valor da diferenciação genética, a lei de proteção de cultivares contribui para a organização do setor produtivo, fomentando a rastreabilidade das variedades comercializadas e permitindo maior previsibilidade jurídica nas relações agrárias. A proteção concedida não pressupõe superioridade agrônômica, mas sim identidade própria - e é exatamente isso que a torna um instrumento técnico de grande relevância.

Novas perspectivas: o PL 2.143/25 e a ampliação dos prazos de proteção

Neste cenário, ganha destaque o PL 2.143/25 (anteriormente PLS 404/18), que propõe a ampliação dos prazos de proteção estabelecidos pela lei 9.456/97, alterando seu art. 11 para prever:

20 anos de proteção para cultivares em geral;

25 anos de proteção para videiras, árvores frutíferas, florestais, ornamentais e cana-de-açúcar.

A proposta, já remetida à Câmara dos Deputados, ref-

Continuação: O papel da lei na proteção das cultivares e as mudanças do PL 2.143/25

lete a maturidade do setor e a crescente complexidade envolvida na obtenção de cultivares, sobretudo daquelas de ciclo longo, cujo desenvolvimento e adoção pelo mercado podem levar décadas. Não se trata apenas de aumentar o prazo de exclusividade, mas de reconhecer juridicamente que o valor da cultivar está em sua distinção e estabilidade - elementos que demandam tempo e investimento para serem caracterizados, registrados e reproduzidos com fidelidade.

Mais do que um estímulo à pesquisa privada, a ampliação dos prazos insere-se em um contexto de modernização do marco normativo brasileiro, alinhando-se a tendências internacionais e reforçando a confiança dos agentes econômicos no sistema de proteção varietal. Ao tratar a cultivar como um bem jurídico singular - protegido pela sua originalidade, e não por seu desempenho - o projeto fortalece a segurança jurídica e a diversidade genética no campo.

Em um mundo impactado por mudanças climáticas, pressões por produtividade e demanda por soluções sustentáveis, a consolidação de um sistema eficaz de proteção das cultivares é uma estratégia essencial. Ele assegura direitos a quem investe no desenvolvimento de novas variedades e, ao mesmo tempo, contribui para a diversidade agrícola, o abastecimento alimentar e a autonomia do setor rural. Em última análise, cultivar não é apenas plantar: é distinguir, selecionar, registrar e proteger, tendo o direito papel central nesse processo.

Ricardo Antonow da Costa Advogado. Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialização em Direito da Propriedade Industrial (PUCRJ).

UFCG é a 3ª colocada em registros de patentes de invenção no Brasil em 2024, diz INPI



UFPB ficou em 4º no ranking nacional de **patentes** de invenção divulgado pelo **INPI**.

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi a 3ª colocada no ranking de instituições brasileiras que mais depositaram **patentes** de invenção em 2024. Os dados são do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) e foram divulgados nesta quarta-feira (21).

Já a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ocupou o 4º lugar na mesma lista.

Confira o ranking completo

A UFCG aparece com 86 depósitos. Já a UFPB tem 76 pedidos registrados no ano passado. Juntas, as duas universidades somam 162 depósitos e estão entre os 10 maiores depositantes de ativos de propriedade intelectual do país.

Os rankings divulgados pelo **INPI** reúnem informações de residentes e não residentes no Brasil e consideram diferentes tipos de ativos, como patentes, marcas, **desenhos** industriais e programas de computador.

UFCG foi a 2ª colocada em 2023. No ranking anterior, abpi.empauta.com

referente ao ano de 2023, a UFCG ficou em 2º lugar entre os maiores depositantes de **patentes** de invenção no Brasil, atrás apenas da Petrobras. Foram 101 registros, 60 a mais do que em 2022, quando a universidade ocupava a 4ª posição.

Na mesma lista, a UFPB apareceu em 19º lugar, com 24 pedidos, e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ocupou a 34ª colocação, com 17 registros.

Já em 2022, a UFPB ficou em 3º lugar, com 46 pedidos, enquanto a UFCG ocupou o 4º lugar, com 41. A UEPB apareceu na 48ª colocação, com 10 registros.

Vídeos mais assistidos do g1 Paraíba

Pfizer perde disputa de patente com sul-coreana SK bioscience sobre vacina pneumocócica

ÚLTIMAS

A farmacêutica sul-coreana SK bioscience anunciou nesta quarta-feira (21) que venceu uma disputa judicial contra a americana Pfizer no Supremo Tribunal da Coreia do Sul. O caso envolvia alegações de infração de patente relacionadas à exportação da vacina conjugada pneumocócica 13-valente (PCV13).

Segundo comunicado da companhia, o tribunal "decidiu a favor da SK bioscience", ao concluir que a exportação de "substâncias a granel individuais do conjugado e produtos acabados para uso em pesquisa" não configuram violação da patente da vacina Prevnar 13, da Pfizer. A corte reafirmou que "os conjugados individuais que compõem a PCV13 não se enquadram nas reivindicações de patente da Pfizer".

Com a decisão favorável, a SK bioscience pretende dar início à exportação de componentes da vacina para países com alta demanda, como os do Sudeste Asiático e da América Latina. "**Transferências** de

tecnologia por meio de parcerias locais também estão sendo consideradas", informou a empresa. Apesar de ter desenvolvido a primeira vacina PCV13 da Coreia do Sul, a SKYPneumo, em 2016, a SK bioscience segue impedida de fabricar e vender o imunizante no país até 2027, quando expira a **patente** da Pfizer.

A farmacêutica afirmou ainda que "visa o mercado global de vacinas pneumocócicas com nossas vacinas em desenvolvimento 21-valente e de próxima geração". Em parceria com a Sanofi, a empresa iniciou testes clínicos de fase 3 de uma vacina 21-valente em 2024 e também trabalha em uma formulação mais abrangente.

A SK bioscience também venceu recentemente uma disputa de **patente** contra a Moderna, ao invalidar o único registro de fabricação de vacinas de mRNA na Coreia.

Justiça nega pedido da Citizen e mantém marca brasileira



Juiz negou ação movida pela multinacional japonesa Citizen que buscava anular os registros da marca de móveis Bulova Collection.

Relógios e móveis Justiça Federal nega pedido da Citizen e mantém marca de empresa brasileira

é editor da revista Consultor Jurídico no Rio de Janeiro.

Marcas semelhantes podem coexistir em mercados distintos. Com esse entendimento, a 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro negou ação movida pela multinacional japonesa Citizen que buscava anular os registros da marca Bulova Collection, concedidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) à empresa brasileira Bulova Collection Design de Interiores.

A Citizen, conhecida globalmente pela fabricação e venda de relógios e joias, alegou que a marca Bulova Collection reproduz indevidamente o nome de sua marca notoriamente conhecida Bulova, afrontando a Lei da Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996). E

abpi.empauta.com

sustentou ainda o argumento da anterioridade, com base em registros anteriores da marca Bulova.

Em sua defesa, a Bulova Collection Design de Interiores destacou que o **INPI** permitiu a contestação do registro, e a sua decisão é legítima. De acordo com o princípio da especialidade, sustentou a empresa, marcas idênticas podem conviver desde que voltadas para segmentos de mercado distintos.

Sem confusão

O juiz Eduardo André Brandão de Brito Fernandes rejeitou os pedidos da Citizen, acolhendo os argumentos da defesa da Bulova Collection Design de Interiores. Ele apontou que as empresas atuam em setores completamente diferentes, sem qualquer risco de associação ou confusão por parte do consumidor.

Enquanto a Citizen marca presença no mercado de relógios, cronômetros e joias, a empresa brasileira está inserida no segmento de móveis e artigos de decoração, com atuação voltada à fabricação e ao comércio de móveis e afins.

O julgador destacou que não há coincidência quanto a natureza, finalidade, canais de distribuição, público-alvo ou grau de atenção do consumidor, não configurando concorrência ou sobreposição mercadológica. Com isso, os registros da marca Bulova Collection permanecem válidos e protegidos pelo **INPI**.

A defesa da empresa brasileira foi conduzida pelo escritório La Fuente Martins e Villela Advogados Associados, que celebrou a decisão como um

Continuação: Justiça nega pedido da Citizen e mantém marca brasileira

importante precedente no reconhecimento da autonomia de marcas que atuam em segmentos distintos, em conformidade com os princípios da propriedade industrial no Brasil.

Sérgio RodasÉ Editor Da Revista

para ler a decisão

Processo 5045353-66.2024.4.02.5101

Índice remissivo de assuntos

Denominação de Origem
3

Marco regulatório | INPI
3, 11, 13

Direitos Autorais
5

Propriedade Industrial
8

Patentes
11, 12

Desenho Industrial
11